

O GOVERNO BOLSONARO (2019-2021) E SEUS IMPACTOS NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE À LUZ DA TEORIA DO POPULISMO DE LACLAU¹

Kevin Vitor dos Santos Xavier²

Orientador: Prof. Dr. Aureo Toledo

Resumo: O trabalho discute, de forma teórico-conceitual, o governo Bolsonaro (2018-2021) e a política externa do governo a partir da teoria do populismo de Ernesto Laclau. Em sua primeira parte, destaca-se como se forma a lógica populista. Posteriormente, aponta-se a ascensão do governo Jair Bolsonaro, seu crescimento e a tomada de um discurso “antipetista” e “anticorrupção”. Por fim, aponta-se os impactos do populismo na política externa brasileira. Ademais, ressalta-se na conclusão a afirmativa de que o governo Bolsonaro se encaixa enquanto um governo populista e que, portanto, gera consequências na PEB.

Palavras-chave: governo; Laclau; populismo; política externa brasileira.

THE BOLSONARO GOVERNMENT (2019-2021) AND ITS IMPACTS ON BRAZILIAN FOREIGN POLICY: AN ANALYSIS IN THE LIGHT OF LACLAU'S THEORY OF POPULISM

Abstract: The paper discusses, in a theoretical-conceptual way, the Bolsonaro government (2018-2021) and the foreign policy of the government based on the theory of populism of Ernesto Laclau. In its first part, it stands out how the populist logic forms. Subsequently, the rise of the Jair Bolsonaro government, its growth and the taking of an "anti-racist" and "anti-corruption" speech. Finally, the impact of populism on Brazilian foreign policy is pointed out. In addition, the conclusion highlights the

¹Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais (RI) pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

²Discente do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (MG). E-mail: kevin.vitor97@gmail.com.

statement that the Bolsonaro government fits as a populist government and, therefore, generates consequences in the PEB.

Keywords: government; Laclau; populism; Brazilian foreign policy.

1. Introdução

O presente artigo tem como tema a análise do governo Bolsonaro (2019-2021) e da política externa do governo a partir da teoria do populismo de Laclau. Portanto, seu objetivo específico será revisar a bibliografia de Laclau no que tange o fenômeno populista, analisar a ascensão histórica do governo do presidente Jair Messias Bolsonaro e a tomada de um discurso “antipetista” e “anticorrupção” e, por fim, cotejar a discussão a respeito do populismo no sentido de verificar seu reflexo na Política Externa Brasileira (PEB). Diante deste cenário, apresenta-se enquanto problema a seguinte inquirição: o governo Bolsonaro é populista? Quais os impactos desse populismo na PEB?

O método de abordagem utilizado neste artigo será o hipotético-dedutivo, usado para análise de estudo de caso, para a solução de um problema. Conforme aponta Lakatos e Marconi (2003):

Nosso conhecimento consiste no conjunto de expectativas que formam como que uma moldura. A quebra desta provoca uma dificuldade: o problema que vai desencadear a pesquisa. Toda investigação nasce de algum problema teórico/prático sentido. Este dirá o que é relevante ou irrelevante observar, os dados que devem ser selecionados. Esta seleção exige uma hipótese, conjectura e/ou suposição, que servirá de guia ao pesquisador. (LAKATOS & MARCONI 2003, p. 97).

As técnicas utilizadas serão a revisão bibliográfica e documental de arquivos oficiais e não-oficiais, para melhor embasamento do referencial teórico e entendimento do tema proposto, que se expandirão por livros, dissertações e outras fontes, no intuito de melhor formular os esclarecimentos sobre o tema.

A justificativa de abordar a temática populista está em analisar uma questão de grande relevância que é compreendida de maneira equivocada (LACLAU, 2013). Entende-se que, por muitas vezes, o populismo é entendido erroneamente como

manipulação ou controle de massas. Nesse sentido, se faz necessário discutir essa teoria a partir do atual cenário político brasileiro para que se tenha percepção da realidade dentro das relações internacionais.

Além disso, é importante discutir a política externa brasileira de governos considerados populistas, uma vez que se deve entender as ações políticas do país no âmbito internacional com opositores e/ou aliados, no sentido de entender as articulações de interesses e demandas.

Para construção do presente artigo, foi evidenciado no capítulo 2 como se forma a lógica populista pela teoria do populismo de Ernesto Laclau (2013), que é considerado um dos teórico-conceituais mais sofisticados para a análise do tema. Laclau delinea e demonstra o populismo a partir das identidades coletivas e às demandas sociais, afirmando ainda que o populismo não é uma ideologia/condução irracional. Em seguida, no capítulo 3 aponta-se a ascensão do governo Jair Bolsonaro, seu crescimento e a tomada de um discurso “antipetista” e “anticorrupção”, sendo feito um breve relato histórico desde o governo Dilma e as manifestações de 2013 até o desdobramento na eleição de Bolsonaro em 2018. No capítulo 4, apresenta-se, inicialmente, as ideias de Letícia Pinheiro e Carlos Milani (2013) no pressuposto da PEB enquanto um arranjo transversal; Mendes (2015) demonstrando a Política Externa como uma construção de diversos atores. Além disso, neste capítulo foi feito um breve retrospecto da política brasileira entendendo os impactos do populismo na PEB. Por fim, ressalta-se na conclusão a afirmativa de que o governo Bolsonaro se encaixa enquanto um governo populista e que, portanto, gera e continua a gerar consequências na PEB.

2. A Teoria do Populismo de Ernesto Laclau

A teoria do populismo de Ernesto Laclau (2013) é considerada um dos esforços teórico-conceituais mais sofisticados para a análise do populismo. Para tanto, o autor esforça-se em analisar o fenômeno do populismo a partir de uma visão comparativa com outros autores que vieram antes dele na discussão.

Inicialmente, a obra de Laclau apresenta as percepções de Canovan (1981) quem entende o populismo por duas lógicas, o apelo ao povo e o antielitismo, por

meio da apresentação do populismo agrário e o populismo político, onde sua crítica se encontra na disparidade da conceituação; de Le Bon (1895) que delinea a interpretação da psicologia das massas como um fenômeno patológico, com base nos princípios de “afirmação”, “repetição” e “contágio”; Taine (1897) que conceitua a relação racionalidade/indivíduo-multidão/irracionalidade abordando exemplos de agitações durante a Revolução Francesa para apresentar como determinados grupos tendem a se degenerar à multidão; Tarde (1893-1901) que discute o conceito de “imitação” e “invenção”, onde irá reduzir toda reunião de grupos como algo necessariamente negativo e McDougall (1920) com a distinção entre a multidão e o grupo altamente organizado enfatizando a dimensão da homogeneidade, ambos próximos ao debate ao inferir a multidão com características “emotivas, instáveis, irresoluta, extremada” (LACLAU, 2013, pág. 92) e por fim, Freud (1921) com a análise psicológica de identificação e na relação povo-líder, ao tratar como devemos perceber os obstáculos ao desenvolvimento pleno das demandas por essa relação e visando diferenciar a psicologia social da individual.

Laclau, por sua vez, questiona as ideias sobre populismo enquanto uma mera retórica, como uma forma de manipular massas e outros adjetivos de conotação negativa, que racionalizam o comportamento humano no corpo político. Laclau argumenta que:

se o populismo for descrito meramente em termos de ‘vagueza’, ‘imprecisão’, ‘pobreza intelectual’, como um fenômeno de caráter puramente ‘transitório’, ‘manipulado’ em seus procedimentos e assim por diante, então não existe como determinar sua diferença específica em termos positivos (LACLAU, 2013, pág. 52).

Neste sentido, o autor busca desconstruir a visão estereotipada de populismo, estabelecida a partir de uma perspectiva de um movimento manipulador de massas, que ameaça o *status quo* levando os indivíduos a tomarem decisões “irracionais” levadas por impulsos coletivos. (LACLAU, 2013). O autor endereça suas críticas na supressão da racionalidade das pessoas, retirando delas a capacidade de entender sua realidade, assim como na limitação do que se pode entender por populismo. Dessa forma, o populismo é apresentado como “uma lógica própria de construção política, e não como já se afirmou tantas vezes, um tipo de ideologia, de anomalia ou

mesmo de subdesenvolvimento irracional da democracia representativa” (LACLAU, 2013).

O populismo tem como condição necessária de existência a lógica da diferença, representada por um poder hegemônico, que detém o poder (o *populus*) e por uma parcela não representada pelo poder dominante (a *plebs*). A exposição dessa lógica tem como propósito evidenciar a existência de um jogo de poder que está em disputa entre as duas partes, de um lado quem busca se manter detentor do poder de decisão, o poder hegemônico, e de outro uma parcela que almeja o poder em busca de representatividade, o outro. (LACLAU, 2013)

Dessarte, observa-se que o populismo necessita de uma divisão dicotômica da sociedade em dois polos a partir de divisão antagônica do meio social (LACLAU, 2013). A partir disso, o autor trata acerca do significado de povo, um dos elementos iniciais do populismo.

A ideia de “povo” é uma construção social, formada pela junção ou identificação de diversas “demandas”, reivindicações de alguns setores da sociedade que não se sentem representados ou “uma unidade mínima a ser considerada para a ocorrência de uma experiência política” (LACLAU, 2013). Para o autor:

o movimento que se desloca das demandas democráticas para as demandas populares pressupõe uma pluralidade de posições. As demandas, isoladas no início, emergem em diferentes pontos do tecido social, e a transição para uma subjetividade popular consiste em estabelecer um laço de equivalência entre elas (LACLAU, 2013, pág. 140).

As demandas podem ser democráticas, no sentido de um setor da sociedade que possui uma reivindicação específica, passíveis de serem sanadas e por isso permanecem isoladas, ou essas demandas podem ser populares, que advém do processo de cadeia de equivalência, em que diversas demandas democráticas encontram pontos em semelhança umas com as outras. (LACLAU, 2013).

Por sua vez, a cadeia de equivalência é um dos fatores conectivos da heterogeneidade das demandas, onde ocorre a representatividade das reivindicações comuns entre as demandas, que se cristaliza a partir de uma construção discursiva, os “significantes vazios” (LACLAU, 2013). Ambos os conceitos estão bastante

intercalados na estrutura didática de Ernesto Laclau, onde se apresenta que para que a cadeia de equivalência se estabeleça, é necessário que ocorra um emprego de um objeto simbólico de significado vazio, que em certa medida busca ser universal, que represente o todo emergente. (LACLAU, 2013)

Esse objeto simbólico pode estar na representação discursiva e retórica de determinadas palavras, como, por exemplo, “classe trabalhadora” ou “proletariado”, no entanto, esta inscrição não é carregada de um significado estático, ela é uma variação genérica que busca contemplar a todas as demandas, ainda que não seja possível (LACLAU, 2013). A identificação por meio dos significantes vazios se torna o lema, a palavra de ordem, ou seja, a superfície de inscrição que identifica todas as demandas negligenciadas pelo poder dominante.

Assim, quanto maior for a cadeia de equivalência, mais vazio se torna o significante que fixa a identidade do povo, pois o objeto simbólico sendo uma superfície de inscrição, o “proletariado” ou “classe trabalhadora”, não representa por completo a identidade de todas as demandas, mas sim representa um reflexo da constituição da identidade popular, em outras palavras a singularidade das demandas (LACLAU, 2013). Para o autor:

todas as três dimensões estruturais necessárias para elaborar seu conceito estão contidas, em suma, nas mobilizações locais a que acabo de me referir: A unificação de uma pluralidade de demandas numa cadeia de equivalência; a constituição de uma fronteira interna, que divide a sociedade em dois campos; e a consolidação da cadeia de equivalência por meio da construção de uma identidade popular que é algo quantitativamente maior que a simples soma dos laços de equivalência (LACLAU, 2013, pág. 128).

Laclau se debruça a entender, a partir da análise da relação povo/líder, como o “povo” constituído busca ser o poder hegemônico. Entende-se que Laclau não acompanha a linha de Weber quanto a liderança carismática, entendida como um movimento que parte da vontade do líder, tampouco com o extremo oposto em que o líder se limita a ser o representante do povo (LACLAU, 2013). Então, para o autor, entende-se que:

por outro lado, o ‘povo’ (a cadeia de equivalência) possui leis estratégicas de movimento próprias, e nada garante que essas leis não levariam ao sacrifício (ou pelo menos comprometem substancialmente) as solicitações envolvidas em algumas das demandas democráticas individuais. A possibilidade torna-se ainda mais real porque cada uma dessas demandas está ligada a outras *unicamente* através da cadeia de equivalência, que resulta de uma construção discursiva contingente, e não de uma convergência *a priori*. [...] E não é só isso: o lugar no qual ocorre essa incômoda alternância de calor e frio – ou seja, o ‘povo’ – não é lugar neutro, que atua como uma câmara de compensação para as demandas individuais, pois na maioria dos casos transforma-se numa hipótese que começa a ter demandas próprias (LACLAU, 2013, pág. 144 -145).

Conclui-se que, o autor trata de uma construção mais complexa do meio social. Laclau vai articular que a relação povo/líder é uma via de mão dupla, onde o líder é quem unifica, solidifica as demandas populares, ainda que seja irreduzível, pois toda ação do líder é a representação de um setor, que produz um discurso de representação do todo, ao passo que também é um produtor de símbolos e retóricas que transforma a estrutura identitária do povo.

3. A ascensão do governo e da figura de Jair Bolsonaro

Para a compreensão da ascensão da identidade política da figura do atual presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2021) no cenário brasileiro, convém retornar ao menos até as manifestações de junho de 2013 e seus reflexos até o presente momento. Logo, as manifestações de 2013 tiveram seu início no estado de São Paulo, com reivindicações acerca do valor do transporte público coletivo. O prefeito Fernando Haddad (Partido dos Trabalhadores) buscou atender às demandas da população no início, porém houve um reajuste no valor pouco tempo depois.

A partir daquele momento, ocorreram uma série de manifestações em todos os estados, reivindicando não só demandas de preços do transporte público, como descontentamentos gerais da população. Trouxe, portanto, o retorno das pessoas às ruas, que questionaram as políticas do atual governo, gastos públicos (especialmente com a Copa do Mundo de 2014), entre outras questões. As manifestações foram marcadas por placas e cartazes pedindo “Vem pra Rua!”, “queremos educação padrão FIFA de qualidade”, “fora PT!”, “sai Dilma!”.

As demandas que até então se iniciaram em São Paulo, com o governo Haddad, tomaram uma dimensão nacional que deu início a uma demanda central do movimento, que foi a retirada do governo Dilma. Nesse sentido, pode-se afirmar que o desdobramento das reivindicações gerou uma das principais pautas do atual governo Bolsonaro, que é o antipetismo.

FARIA (2020) em “No meio do caminho tinha uma estrela: o antipetismo das mobilizações à ascensão de Jair Bolsonaro (2013-2018)” aborda a ascensão do que se chama por “Média Classe Média” e “Nova Classe Média” na composição das manifestações. Para ele, havia uma classe trabalhadora (nova classe média) de setores intermediários, como os da educação, bancários e administração pública, que surgiram fruto das políticas públicas do governo do ex-presidente Lula (2003-2010).

A classe média tradicional, somada a nova classe média, fomenta a ideia de que as ascensões das mesmas são fruto apenas de seu próprio merecimento, como um esforço individual, e não de políticas públicas implantadas. Portanto, diante de uma regressiva dos seus poderes aquisitivos, fortalecem um discurso opositor ao sistema político e suas instituições, culpabilizando os mesmos por barrarem seu desenvolvimento social. Segundo ele:

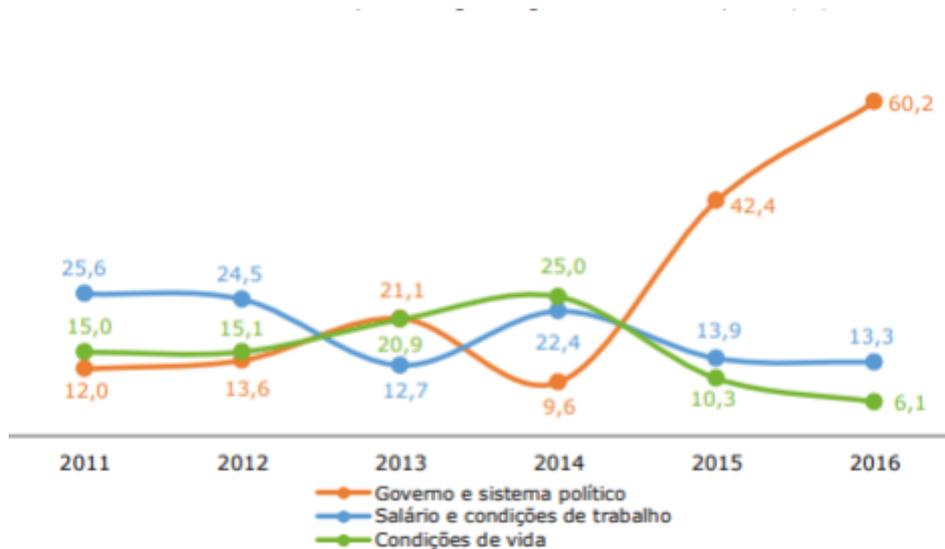
as transformações ocasionadas pelo lulismo geraram uma alteração tamanha na estrutura social que, de um lado, provocou reação dentro da classe média tradicional, ao perderem considerável capital simbólico diante da possibilidade de acesso ao circuito de consumo por estratos da população que tiveram sua renda beneficiada pelas políticas públicas dos governos Lula e Dilma; e, do outro, esses estratos beneficiados também se revoltaram ao exercerem a ideologia da classe média tradicional a partir da interpretação de que sua ascensão foi fruto exclusivo do mérito individual, enquanto os impasses para uma continuidade desse crescimento seriam a burocracia do Estado (FARIA, 2020, pág. 68).

A formação dessa demanda unificada da classe trabalhadora e da classe média tradicional se deu pelo trabalho de base de militantes liberais que uniram suas reivindicações contrárias às instituições do Estado, somadas ao impulso da grande mídia no televisionamento incessante da Operação Lava-Jato - operação de investigou casos de corrupção de políticos e empresários relevantes do cenário

político brasileiro - e cobertura das manifestações de 2013 de forma parcial, cobrindo com maior ênfase os atos contra o governo em relação aos atos de apoio.

FARIA (2020), em sua dissertação, apresenta informações substanciais para expor o perfil dos manifestantes de 2013:

Gráfico: “Evolução das principais reivindicações (%)”



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de Tatagiba e Galvão (2018).

Aqui, se observa o crescimento das demandas acerca do “governo e sistema político”. Observa-se ainda que as “condições de vida”, que inicialmente tiveram grande peso, tem sua demanda dissipada ao longo do tempo.

O que o gráfico representa é a transferência das demandas democráticas, as “condições de vida”, para as demandas populares representada por “governo e sistema político”, devido à incorporação da classe média tradicional nos veículos de imprensa, que por consequência moldaram o discurso a fim de passar a sensação de que as tarifas do transporte coletivo, os excessos de gastos com a Copa do Mundo de 2014, a recessão econômica que afetava o Brasil e o mundo eram frutos de má utilização dos recursos do Estado com a máquina pública. Logo, é a partir desses fatores que a questão das instituições se tornou uma demanda unificada pelo movimento.

Evidente que o antipetismo se torna um símbolo, uma vez que se estabelece uma relação entre as instituições e o Partido dos Trabalhadores. Este símbolo fomenta

que a máquina pública, ou seja, as próprias instituições atuam e se articulam como ferramenta de corrupção do partido. Por isso, minimizar a atuação do Estado é necessário para que não haja corrupção. Argumento que parece ter caráter exclusivo de pôr um fim na corrupção, mas que, esconde interesses neoliberais de reduzir a regulação do Estado sobre a economia.

A internet, naquele momento, teve um papel crucial, especialmente pela falta de regulamentação quanto ao uso das redes sociais e divulgação de conteúdos, firmando a ideia de antipetismo e repúdio às instituições do Estado, dando coesão ao processo político que culminou na retirada da Dilma Rousseff do cargo de Presidente da República. Entende-se que, organizações e grupos políticos descaracterizados foram centrais na formação da opinião pública acerca do governo, como o movimento “Vem pra rua”, o “MBL” e outros. (ROCHA, 2019)

Aqui, cabe pontuar que o Movimento Passe Livre (MPL), responsável pelas primeiras organizações das reivindicações do valor do transporte público, tinha como princípio o não partidarismo. Contudo, com o movimento ganhando amplitude nacional e sua demanda sanada, acabou por abandonar as manifestações, ganhando um novo protagonista: o Movimento Brasil Livre (MBL).

Entende-se que estes grupos tiveram relevância para chegarmos ao atual momento em que vivemos e, mais do que isso, no processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff. Crise econômica, ajustes fiscais questionáveis, baixa popularidade de Dilma e a operação Lava Jato foram questões que contribuíram para o impeachment. Assim, apesar de vários outros fatores de relevância fazerem parte desse complexo arranjo político, alguns pontos necessitam ser priorizados em detrimento de outros, para direcionar o objeto de análise.

Dilma Rousseff sofreu um processo de impeachment por denúncia de crime de responsabilidade, cuja votação do julgamento culminou em 61 votos a favor, 20 contrários (AGÊNCIA SENADO, 2016). O afastamento definitivo de Dilma passa por muitos questionamentos até hoje, sendo contestados a própria legalidade do processo em si, seus propósitos e interesses. É notável que o discurso do “antipetismo” ganhou maior ênfase do que o crime de responsabilidade contra a lei orçamentária, as pedaladas fiscais. Inclusive, em um artigo escrito pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso afirma que o “motivo real” do afastamento da

petista não foi por pedaladas fiscais, mas, sim, por falta de apoio político (PATRIOLINO, 2022).

O momento do impeachment é um dos pontos cruciais para a ascensão de Jair Messias Bolsonaro no cenário político. O voto a favor do afastamento marcou aquela sessão, em que Bolsonaro fez louvores aos torturadores e ao período ditatorial. Vejamos:

Nesse dia de glória para o povo brasileiro, tem um nome que entrará para a história nessa data pela forma como conduziu os trabalhos dessa Casa. Parabéns, presidente Eduardo Cunha. Perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve. Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff. Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim (BRASIL, 2017).

O voto foi um dos principais momentos de holofotes do futuro presidente. Seu aparente caráter antissistema toma corpo em discursos vazios - não no sentido posto por Laclau, de imprecisão proposital para abarcar a heterogeneidade das demandas, mas pela ausência de conteúdo racional -, que ganham forma ao se encontrar com as demandas das manifestações de 2013. Jair Messias Bolsonaro já tinha uma carreira política há mais de 25 anos no momento do discurso, porém com apenas 2 projetos aprovados.

Após o impeachment, se inicia o governo transitório assumido por Michel Temer. O governo de Temer foi marcado por propostas de reformas estruturais de cunho político e econômico como a reforma do teto de gastos, a reforma do ensino médio, a reforma da previdência e a reforma trabalhista. Algumas foram aprovadas ainda no governo Temer e outras no decorrer do governo Bolsonaro, como, por exemplo, a reforma da previdência.

As demandas que tinham como guia a classe média tradicional, marcadas pela repulsa às instituições foram respondidas por todas as reformas. A reforma trabalhista flexibilizou as leis do trabalho em benefício do empregador, gerando aumento significativo do trabalho informal.

A reforma previdenciária, por outro lado, alterou a idade de aposentadoria da população (OREIRO; PAULA, 2019). As reformas de ajustes fiscais e tributários, com seu foco no mercado privado, teve cortes de gastos do governo, junto com projetos de privatização de empresas estatais e cooperação unilateral com blocos econômicos internacionais, como a União Europeia. O mesmo ocorreu com as reformas no ensino médio, que retirou conteúdos como filosofia e sociologia, fundamentais para o desenvolvimento de indivíduos pensantes.

Todas essas medidas tiveram como ponto comum a menor intervenção do Estado e maior controle da iniciativa privada na condução da economia brasileira. No entanto, o período do governo Temer foi um momento em que as manifestações permaneceram acontecendo.

Com a chegada das eleições no ano de 2018, antes de ser eleito, o discurso de Bolsonaro ganhou maiores proporções por declarações abertamente machistas, racistas e homofóbicas. Apesar de propagar valores conservadores, religiosos e direcionados à família e ao “cidadão de bem”, ironicamente a característica que compõem a base ideológica de seu público-alvo, são os discursos de ódio.

Além disso, a própria prisão irregular do ex-presidente Lula, antes das eleições, inflamou o sentimento de certeza pelo antipetismo. Esse episódio marcou o Partido dos Trabalhadores pelas ideias de um governo corrupto que necessitava ser derrotado para o avanço do país. Hoje, após fatos posteriores³, verifica-se que Lula era inocente de suas acusações. Inclusive, com determinação pelo arquivamento do processo sobre o *triplex* do Guarujá, principal fato de sua prisão. Mesmo com essa vitória, que se junta às outras 22 comprovando sua inocência, não se alterou a percepção já construída dos aliados de Bolsonaro acerca da índole de Lula e do PT.

Bolsonaro, certo de sua vitória (até aquele momento) contra o sistema posto, inicia a articulação política para que fosse eleito. É notável o apoio da bancada “BBB” - bíblia, bala e boi - que teve influência no seu plano de governo. No Plano de Governo (BRASIL, 2018), quando se trata da “liberdade e fraternidade”, há a seguinte

³ Todos os 17 processos contra o ex-presidente já julgados e extintos terminaram com inocência e arquivamento da denúncia (BRASIL DE FATO, 2021).

passagem: “Quebrado o atual ciclo, com o Brasil livre do crime, da corrupção e de ideologias perversas, haverá estabilidade, riqueza e oportunidades para todos tentarem buscar a felicidade da forma que acharem melhor”. Esse trecho expõe com clareza as demandas desses grupos apontados, o crime alinhado à "bala", a ideologia perversa à bancada religiosa e a "bíblia", a promessa de estabilidade e geração de riqueza da bancada agrícola, com o “boi”.

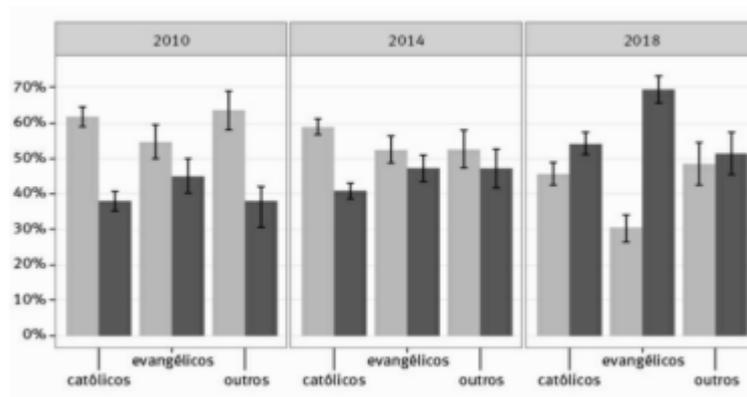
Ademais, o perfil de Jair Messias Bolsonaro e sua trajetória, resume-se a uma persona cristã, defensora de valores tradicionais, ligados à moral e costumes do cristianismo praticados no Brasil. Seus discursos direcionados a esse público rapidamente receberam aceitação dos líderes religiosos, como Edir Macedo, Silas Malafaia e Marco Feliciano. Com o apoio desses líderes religiosos, que teve início no ano de 2014, o número de cristãos que caminham a favor de suas ideias cresceu rapidamente.

Marco Feliciano, em seu voto no processo de impeachment, fez um discurso que reflete com nitidez os valores pregados pelo lado religioso e dos valores morais dessa demanda particular:

Com ajuda de Deus, pela família, pelo brasileiro, pelos evangélicos da nação toda, pelos meninos do MBL [Movimento Brasil Livre], pelo Vem pra Rua. Dizendo que Olavo [de Carvalho] tem razão, sim. Dizendo tchau a esta querida. Dizendo tchau ao PT, Partido das Trevas. Eu voto sim ao impeachment (BRASIL, 2017).

Outro gráfico apresentado por FARIA (2020) aponta o perfil dos eleitores de Bolsonaro, composto majoritariamente de cristãos. Sua campanha tinha o *slogan* “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos”, frase repetida incessantemente e escrita, inclusive, em seu Plano de Governo (BRASIL, 2018), refere-se a passagem bíblica de João 8:32, que diz “e conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”, fazendo alusão à verdade como o liberalismo e sua liberdade de uma dita “ditadura comunista”.

Gráfico: “Relação entre religião (católicos, evangélicos e outros) e voto para presidente, segundo turno (2010-2018)”.



Fonte: FARIA, Marcos Alexandre Gennari (2020).

Dessa forma, entende-se que as demandas populares de retomada dos valores e orientações neoliberais se canalizaram por meio do discurso religioso, onde se representam frente às instituições no propósito máximo de descrédito do governo do petista e derrubada das instituições.

Em outra linha de raciocínio, tem-se a análise da bancada agrícola, suas demandas, anseios, discursos e práticas no cenário político brasileiro. Como apresentado, o perfil da população dos manifestantes é da classe média tradicional e a nova classe média que se formou pelas políticas públicas dos anos 2000. As demandas dessa parcela são de cunho econômico, notando-se o peso da agricultura enquanto geração de riquezas. Assim, a política de Bolsonaro, por meio da análise de seu projeto de governo, beneficia os empregadores e os rentistas rurais.

A indicação de Ricardo Salles, advogado e político, ao Ministério do Meio Ambiente, foi um ponto marcado por suas falas em apoio à atividade agrícola. Houve uma redução da competência do Ministério do Meio Ambiente, como, por exemplo, a regularização de propriedades rurais, gestão de áreas de preservação e licenciamento da pesca, competências estas atribuídas ao Ministério da Agricultura.

Relembra-se uma fala que ocorreu durante reuniões internas do governo, no qual o ministro declara que o governo deveria se aproveitar da atenção da mídia nas questões epidêmicas e “passar a boiada”, se referindo a aprovação de projetos que visam a legalidade da exploração de florestas e aprovação para se utilizar produtos agrícolas antes não aceitos pela legislação. O apoio da bancada ruralista nas

questões de diminuição de carga tributárias nos produtos agrícolas ocorre devido a diminuição do seu poder de decisão nos âmbitos decisórios do governo.

Ao que tange às demandas de cunho econômico que foram fortemente enfatizados durante as manifestações de 2013, essas não se limitavam aos grandes latifundiários, mas se estendiam à burguesia dos centros urbanos, que pregavam de forma constante acerca do aparente abuso de tributos. Há uma passagem no plano de governo de Bolsonaro que aponta:

Chega de carimbos, autorizações e burocracias. A complexidade burocrática alimenta a corrupção. Faremos um Governo que confiará no cidadão, simplificando e quebrando a lógica que a esquerda nos impôs de desconfiar das pessoas corretas e trabalhadoras. Não continuaremos a tratar a exceção como regra, o que prejudica a maioria dos seguidores da lei (BRASIL, 2018).

O grupo de interessados no setor agrário não compunham toda extensão dessas demandas. Essa era composta ainda pela classe média tradicional, que compartilham do mesmo anseio por desmonte das instituições. Nesse ponto, o pontapé inicial que rompe o que vinha sido implantado nos governos anteriores se deu após o impeachment de Dilma, durante o governo de Michel Temer e suas reformas.

O mandato de Bolsonaro tem sido marcado por atitudes catastróficas para o país, como, por exemplo, a extinção do Ministério do Trabalho, tendo suas atribuições realocadas em outros ministérios; o Ministério da Agricultura passado a ser responsável pela demarcação de terras indígenas e quilombolas; a comunidade LGBT retirada das diretrizes para Direitos Humanos; a extinção do Ministério da Cultura, cujas pastas integraram o Superministério da Cidadania; a concentração das responsabilidades econômicas em um único ministério, o Ministério da Economia. (POLITIZE!, 2019).

Apesar da atuação do governo Bolsonaro frente à pandemia da Covid-19 não ser explorada no presente artigo, cabe pontuar que, desde o início da disseminação do vírus, o presidente menosprezou a transmissão da doença, afirmando que o vírus seria apenas uma “gripezinha”. Bolsonaro se posicionou de forma problemática e perigosa frente à pandemia, recusou diversas vezes compras de vacina, especialmente a CoronaVac, desenvolvida em parceria com o laboratório chinês

Sinovac. Não aderiu ao projeto da Organização Mundial da Saúde (OMS) que tinha como objetivo acelerar o desenvolvimento de pesquisas para elaboração de uma vacina (PEREIRA, 2021).

Dentre tantos erros, houve ausências de respostas ao Tribunal de Contas da União (TCU) que pedia um plano de vacinação da população, como também houve atraso na criação de um comitê de crise para Covid-19 e trocas consecutivas dos ministros da saúde do governo (PEREIRA, 2021).

Bolsonaro defendeu o tratamento precoce com a compra em massa de cloroquina, remédio comprovadamente ineficaz contra o vírus. Fomentou a não vacinação afirmando não iria tomar a vacina e que “ninguém pode obrigar ninguém a tomar vacina” (PEREIRA, 2021). Para além disso, o presidente teve falas cruéis demonstrando desprezo pelas mortes, como “lamentamos as mortes, a vida continua”, “eu não sou coveiro”, “a gente lamenta todos os mortos, mas é o destino de todo mundo”. Não bastando, promoveu aglomerações e motocicletas por todo o país (OLIVA, 2021)

Aponta-se que, dentre as atuações de Bolsonaro, a regulamentação para o porte de armas de fogo (CIOCCARI; PERSICHETTI, 2018) é um momento importante. Essa demanda teve sua importância relativamente inferior no início das manifestações, mas ganhou força ao longo da trajetória de Bolsonaro. Esse, inclusive, é um ponto interessante na discussão de Laclau. O autor entende que há um conflito constante entre as demandas que querem ser representadas e sua representação de fato. O que se articula é que, não necessariamente a demanda principal será ecoada, vejamos, o líder é um indivíduo com interesses próprios e Bolsonaro, enquanto um ex-militar, apresenta essa questão com maior ênfase que seus eleitores, muito provavelmente por seu histórico. Regulamentar o porte de armas de fogo tem fundamental valor explicativo pelos interesses pessoais do presidente.

É factível que para uma população com renda média de R\$ 2.213,00 (SILVEIRA, 2021) seria ilógico disputar politicamente por uma lei para adquirir um item, como arma de fogo, que está fora de sua realidade econômica. Essa questão justifica-se pela posição da classe média tradicional nas mídias, apesar da aparente incoerência, a pauta segue seu caminho.

Bolsonaro apresenta seus interesses em dois pontos centrais que se comunicam: a desregulamentação das leis de porte de armas e a diminuição da maioria penal para 16 anos. Até o presente momento, nenhuma dessas pautas foram levadas a cabo, muito pela própria incoerência dos fatos. Dentre todas as demandas que Bolsonaro leva por seu governo, essa é a que apresenta menor potencial de concretude. No entanto, o presidente deixa sua marca nas falas pelo mundo, como quando visitou o Japão e relatou que caso mulheres possuíssem armas, não seria necessária a “palhaçada da lei do feminicídio” (CIOCCARI; PERSICHETTI, 2018), Lei nº 13.104/15.

Conclui-se que, nas manifestações de 2013, os grupos que compunham, seu perfil e suas demandas ganham representação atual na figura de Jair Messias Bolsonaro. Apesar de apresentar um discurso de um governo diferente, a realidade é que o núcleo do movimento são os personagens de um país mais que conhecido, onde a classe média tradicional sempre esteve à frente das decisões econômicas e políticas do país.

Fazendo um apanhado do que foi apresentado e, ainda, respondendo inicialmente a problemática do artigo, afirma-se que o governo Bolsonaro se enquadra enquanto um governo populista. Verifica-se que as demandas populares - antipetismo, corrupção etc. - estiveram em alguma medida no centro do discurso do governo, sendo seu significante vazio. Sua forma de representação passa por algumas mudanças, por uma seleção de prioridades, abarcando com mais proximidade o perfil social da classe média tradicional, ainda que nunca abandonando o discurso voltado para a população menos abastada financeiramente, fazendo cumprir uma das lógicas de um governo populista.

Dentro da lógica populista, o governo Bolsonaro estabelece com clareza um antagonismo, de um lado se encontra os defensores da “liberdade” e do “progresso econômico e político”, versus o próprio Partido dos Trabalhadores, na figura de Lula e Dilma. O antagonismo é constantemente reforçado em suas falas, tanto em discursos voltados aos brasileiros, quanto nas relações exteriores, como serão apresentados no desenvolvimento do artigo.

4. Impactos do populismo na Política Externa Brasileira

De acordo com Letícia Pinheiro e Carlos Milani (2013) em “Política Externa Brasileira: Os Desafios de sua Caracterização como Política Pública”, nos baseamos no pressuposto da Política Externa Brasileira (PEB) enquanto um arranjo transversal, composta por diversos atores que são responsáveis por sua formulação. Servirá como base ainda os escritos de Mendes (2015), de forma a complementar a ideia de Política Externa como uma construção de diversos atores, sejam órgãos oficiais, extraoficiais e movimentos organizados da sociedade civil. Nesse sentido:

(...) ao assumirmos a política externa como uma política pública, estamos trazendo a política externa para o terreno da *politics*, ou seja, reconhecendo que sua formulação e implementação se inserem na dinâmica das escolhas de governo que, por sua vez, resultam de coalizões, barganhas, disputas, acordos entre representantes de interesses diversos, que expressam, enfim, a própria dinâmica da política. Em decorrência, estamos retirando a política externa de uma condição inercial associada a supostos interesses nacionais autoevidentes e/ou permanentes, protegidos das injunções conjunturais de natureza político-partidária. Estamos, portanto, despidendo a política externa das características geralmente atribuídas ao que se chama de política de Estado, que nos levava a lhe imputar uma condição de extrema singularidade frente às demais políticas públicas do governo (MILANI; PINHEIRO, 2013, pág. 14).

Ou seja, a política externa atravessa os muros das instituições de Estado, como, por exemplo, o Itamaraty, e abrange uma gama diversa de entidades e atores políticos na formulação da PEB. De acordo com Milani e Pinheiro (2013):

(...) os diversos temas que hoje chegam à agenda de política externa o fazem não apenas por intermédio do Itamaraty, mas também por meio de outras pastas e órgãos do governo (saúde, educação, cultura, meio ambiente, agricultura etc.) ou ainda por intermédio das unidades subnacionais. Não menos relevantes são as demandas de movimentos sociais e redes de ativismo político no sentido de se abrirem os debates sobre a PEB (MILANI; PINHEIRO, 2013, pág. 18).

Ademais, a política externa é uma questão que transcende as instituições formais e é composta por elementos diversos, como a própria opinião pública, que o governo bolsonarista buscou restringir ao seu público-alvo, uma vez que as oposições,

como repetidamente se apresentou, têm objetivos “perversos” para o país. Essa opinião, feita pela classe média tradicional e a nova classe média, gera grande parte das orientações da política externa. Por isso, compreende-se que as orientações políticas no âmbito externo estão em grande medida refletindo os interesses de seu eleitorado.

Ultrapassado essa breve apresentação sobre a formulação da PEB, para que se entenda como o governo Bolsonaro, enquadrado no fenômeno populista, estabelece suas diretrizes, se faz necessário um breve retrospecto da política brasileira.

Desde o período da Guerra Fria, em que os Estados Unidos (EUA) iniciaram sua influência sob os países do Ocidente e com grande ênfase dos países latino-americanos, o Brasil esteve sempre muito próximo político e economicamente dos EUA e dos países europeus. (VIZENTINI, 1998). Com a Política Externa Independente (PEI), seguida pela “diplomacia de interesse nacional” de Costa e Silva; “autonomia no alinhamento” de Médici; o “pragmatismo responsável” de Geisel e a “diplomacia do universalismo” de Figueiredo, o Brasil ainda que buscando certa autonomia, se apresenta dentro da supervisão dos Estados Unidos. (VIZENTINI, 1998)

Assim, o objetivo dos Estados Unidos foi ter a influência sob o ocidente, por meio do desenvolvimento dos países. Contudo, nunca houve um interesse em romper com a estrutura de classes, onde a classe pobre permanecia na pobreza e os grandes detentores de capital seguiram aumentando sua riqueza. Essa passagem tem o intuito apenas de apresentar que a estrutura de desigualdade seguia e que quem verdadeiramente se beneficiava era a classe mais rica, que se fortalecia economicamente.

Dando um salto histórico, as décadas de 1980 e 1990 permaneciam apresentando suas idiossincrasias em cada governo, mas ainda seguiam a orientação de se alinhar com os países desenvolvidos, numa relação de alinhamento com os mesmos, que em momento apresentavam certo grau de retorno e em outros um alinhamento pouco frutífero, mas que davam cabo as políticas neoliberais implementadas sob influência dos Estados Unidos. Assim, daremos novamente outro salto, pois o objetivo não é apresentar a história da PEB, mas sim evidenciar que o

alinhamento do governo bolsonarista com os países desenvolvidos está longe de ser uma estratégia inovadora nas relações internacionais do Brasil.

A exposição da PEB dos anos 2000, do governo Lula e Dilma, ambos do Partido dos Trabalhadores, apresentam uma política externa que nos cabe maior destaque para apresentarmos o antagonismo que será desenvolvido durante o atual governo Bolsonaro.

Conforme aponta a dissertação de mestrado de Guilherme Carlos da Costa (2017), que busca compreender os passos da política externa de Lula, sob o fomento das relações multilaterais nas organizações internacionais como o MERCOSUL, o Bloco Econômico de Países Emergentes - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS) - e o distanciamento de blocos como a União Europeia, busca-se compreender as alterações de aliança do governo Lula com relação aos governos anteriores, analisando as justificativas e orientações do governo Bolsonaro no cenário internacional. Vejamos a tabela de nº 2, feita por Costa:

Tabela: Principais Parceiros Comerciais 2002 - 2010

Tabela 2: 10 Principais Parceiros Comerciais 2002 - 2010						
Posição	Exportações 2002			Importações 2002		
	País	US\$	% das Exportações	País	US\$	% das Importações
1	EUA	15.377.822.589	25,44	EUA	10.287.452.316,00	21,78
2	PAÍSES BAIXOS	3.183.411.100	5,27	ARGENTINA	4.743.785.116,00	10,04
3	ALEMANHA	2.539.954.653	4,20	ALEMANHA	4.418.971.643,00	9,35
4	CHINA	2.520.978.671	4,17	JAPAO	2.347.527.813,00	4,97
5	ARGENTINA	2.346.508.274	3,88	FRANCA	1.772.804.655,00	3,75
6	MEXICO	2.345.565.323	3,88	ITALIA	1.757.620.723,00	3,72
7	JAPAO	2.102.539.124	3,48	CHINA	1.553.993.640,00	3,29
8	BELGICA	1.888.536.297	3,12	REINO UNIDO	1.343.905.438,00	2,84
9	ITALIA	1.817.760.087	3,01	NIGERIA	1.094.550.433,00	2,32
10	REINO UNIDO	1.770.678.140	2,93	COREIA DO SUL	1.066.652.608,00	2,26
	TOTAL	35.893.754.258	59,39		30.387.264.385,00	64,32
	Exportações 2010			Importações 2010		
	País	US\$	% das Exportações	País	US\$	% das Importações
1	CHINA	30.785.906.442,00	15,25	EUA	27.044.361.398,00	14,88
2	EUA	19.307.295.562,00	9,56	CHINA	25.595.419.005,00	14,08
3	ARGENTINA	18.522.520.610,00	9,17	ARGENTINA	14.434.593.883,00	7,94
4	PAÍSES BAIXOS	10.227.723.216,00	5,07	ALEMANHA	12.553.676.200,00	6,91
5	ALEMANHA	8.138.465.358,00	4,03	COREIA DO SUL	8.421.951.971,00	4,63
6	JAPÃO	7.140.831.782,00	3,54	JAPÃO	6.986.008.440,00	3,84
7	REINO UNIDO	4.627.638.729,00	2,29	NIGÉRIA	5.920.185.355,00	3,26
8	CHILE	4.258.362.263,00	2,11	ITÁLIA	4.838.049.794,00	2,66
9	ITÁLIA	4.235.337.908,00	2,10	FRANÇA	4.801.000.142,00	2,64
10	RÚSSIA	4.152.040.877,00	2,06	ÍNDIA	4.242.465.822,00	2,33
	TOTAL	111.396.122.747,00	55,17		114.837.712.010,00	63,18

Fonte: COSTA, Guilherme Carlos da (2017).

O gráfico do trabalho evidencia como o Brasil, durante o governo Lula, se aproxima principalmente dos países vizinhos como Venezuela, Cuba, países do continente africano e componentes do BRICS. O gráfico comprova como houve uma alteração do caminho até então tomado pela política externa do período, principalmente no âmbito econômico.

Evidenciando como a política de Lula se orientava e observando o perfil de seus aliados internacionais, temos ferramentas suficientes para apresentar a Política Externa de Bolsonaro, seu antagonismo frente às medidas do governo petista e a aparente corrupção estrutural nas instituições por parte do Partido dos Trabalhadores (PT). Para isso, apresenta-se algumas passagens de diplomatas, em especial Ernesto Araújo, Ministro das Relações Exteriores, suas aproximações do governo com determinados Estados e seus posicionamentos frente às organizações internacionais. Araújo (2019) afirma o seguinte:

Ao longo dos últimos anos, o Brasil se havia transformado em um atoleiro de corrupção e desesperança. O fato de que o povo não falava em Deus e não trazia a sua fé à praça pública era certamente parte do problema. Agora que o Presidente fala em Deus e expressa a sua fé de maneira profunda e sincera, é este o problema? Ao contrário: estou convencido de que a fé do Presidente Bolsonaro é instrumental e não acidental para sua vitória eleitoral e para a onda de mudança que está varrendo o Brasil (ARAÚJO, 2019, pág. 51).

Esse trecho apresenta traços da abordagem da seção anterior, reforçando o perfil de “cidadão de bem”, temente aos valores tradicionais cristãos. Ao longo do artigo, há outras passagens com abordagem religiosa por parte do ministro, perceptível no uso da palavra “dominação”. Essa é uma clara tentativa discursiva de mostrar que o tema religião foi, em sua perspectiva, “humilhado” pelo governo petista - apresentando um antagonismo ao governo anterior.

Mas, as questões religiosas não cessam. Ainda durante o governo de Trump, Bolsonaro promete a transferência da embaixada, localizada no território da Palestina para Israel, o que agradaria aos interesses dos Estados Unidos e cumpriria com o acordo com a comunidade religiosa brasileira, logo interpretando que a transferência da embaixada colocaria o Brasil de acordo com os preceitos bíblicos. Contudo, a

decisão apenas não foi efetivada, pois a relação do mercado árabe afetaria as exportações.

Destaca-se, ainda, uma passagem de Ernesto Araújo que deixa claro tanto o antipetismo quanto seu repúdio às instituições:

O PT assumiu o controle de todas as alavancas do poder burocrático, dominando a economia por meio de estatais e de bancos públicos de investimento, e criou um mecanismo completo de crime e corrupção. Praticamente todos os negócios, todos os políticos locais, todas as instituições culturais, esportivas e educacionais, quase todos, enfim, no Brasil tinham sua sobrevivência condicionada pelo governo central à oferta de propinas, apoio político ou ambos. O modelo foi tão bem-sucedido que o PT começou a exportá-lo a outros países latino-americanos, tentando criar e consolidar uma rede de regimes corruptos de esquerda na região (ARAÚJO, 2019, pág. 55).

A partir de uma dita distância da corrupção nas relações internacionais, o governo buscou se orientar opostamente a linha que vinha sendo construída, principalmente mediante a relação próxima com os Estados Unidos e em partes com países de extrema direita da Europa, que se assemelham com o bolsonarismo.

Desde o início da campanha eleitoral, Bolsonaro nunca escondeu sua admiração e desejo pela aproximação do então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Tal admiração foram expostas por atitudes paradoxais, na medida que Bolsonaro defende uma ideia nacionalista, ao passo que presta continência à bandeira estadunidense, tanto em território norte americano quanto brasileiro.

Dentro das relações institucionais de fato, foram selecionados 03 (três) momentos que destacam essa relação. Em primeiro lugar, tem-se a tentativa de barganhar por uma vaga na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em prol de isenção de tarifas em determinados produtos brasileiros. Contudo, essa relação até esse momento e assim como relatado pela mídia, nunca apresentou grandes retornos à nação, pois, apesar do Brasil ter cumprido com sua parte no “acordo”, os EUA indicaram a Argentina à cadeira.

Em segundo lugar, tem-se o apoio brasileiro na intenção de intervir, por parte dos estadunidenses, na Venezuela caso julgassem necessário, visando derrubar o

governo de Nicolás Maduro, que também foi frustrada fruto da pressão interna dos militares brasileiros e dos países da América Latina.

Em terceiro lugar, o governo brasileiro gerou um estranhamento com a Argentina ao apoiar a reeleição de Maurício Macri à presidência, ameaçando o rompimento das relações com a Argentina e exclusão de seu vizinho dos blocos econômicos regionais no qual pertencem.

Importante observar como tais atitudes caminham em concordância com os ideais de seu eleitorado. Os países em que o Brasil se indispôs estão em discordância política e econômica com a base do governo bolsonarista, mas, no entanto, já apresentaram relações com o Brasil, especialmente durante os governos petistas.

Sendo assim, é possível concluir que a política externa brasileira vem se voltando cada vez mais para os EUA, de forma a retomar o alinhamento automático como ocorreu nos governos anteriores aos anos 2000. Porém, como exposto, tal iniciativa não vem gerando bons frutos ao Brasil, visto que seus interesses frente a relação não vêm sendo atendidos, gerando assim um certo desconforto da PEB, que pode vir a refletir negativamente em questões internas, além de se sujeitar a políticas e aos interesses norte-americanos sem que haja qualquer contestação ou ganhos reais.

Nesse sentido, Mendes (2007) entende que não há política externa sem ideologia. A luz desse entendimento, compreende-se que a própria construção da PEB segue uma ideologia, ainda que negada por Bolsonaro, formada pelo antagonismo latente do governo com as instituições, enquanto ferramentas da corrupção realizada pelo PT.

Os exemplos apresentados nesta seção formulam como as demandas populares foram fortemente refletidas na construção da PEB, por meio do distanciamento dos países que formaram aliança com o PT, como, por exemplo, Venezuela, Argentina, países emergentes, países fora do bloco daqueles desenvolvidos. Além disso, por meio da aproximação com os Estados Unidos, países europeus de regimes de extrema direita e Israel.

Em concordância com o entendimento da política externa como uma construção de ideias que são barganhadas entre e intra instituições - governamentais e não governamentais - a opinião pública indiscutivelmente foi responsável pelas

orientações da política do governo e não apenas a atuação das instituições formais. Logo, somado ao entendimento de Laclau, é latente um questionamento que poderá ser respondido em outro momento: se o antagonismo é indissociável do fenômeno populista, os antagonísticos também constituem a política externa?

5. Considerações Finais

As demandas democráticas tiveram suas reivindicações iniciadas nas manifestações de 2013 e foram cristalizadas mediante articulação da mídia, composta por parcela da classe média tradicional. A transformação das manifestações, principalmente após a saída do MPL do cenário, foi crucial na mudança para demandas populares, pois marca o caráter político do movimento. Suas pautas principais, como a repulsa pelas instituições do Estado, enquanto um meio para a corrupção liderada pelo Partido dos Trabalhadores, assim como o antipetismo, se torna os principais significantes desse fenômeno.

Essa transição é o que Laclau compreende como as demandas populares. A demarcação da fronteira que separa os manifestantes do poder hegemônico começa a ser traçada, e o antagonismo é marcado pelos discursos de “fora PT”, questões acerca dos gastos públicos e tantos outros mencionados no decorrer do artigo, que grifaram no imaginário político o governo petista como um poder inimigo do povo e corrupto.

Assim, os significantes vazios são simbolizados na superfície de inscrição, a “anticorrupção” e o “antipetismo”, refletidos também na PEB. Anseios pela retomada de políticas liberais, desregulamentação do Estado e repulsa aos governos de esquerda não se limitaram ao âmbito dos discursos, mas refletiram nas relações com países vizinhos, escolhas políticas e comerciais.

Os estreitamentos do Brasil com nações desenvolvidas, em especial com os Estados Unidos, foram marcantes na mesma medida. Historicamente, os Estados Unidos sempre esteve presente na orientação do Estado, a partir de Bolsonaro, essa relação ganha novo fôlego na medida em que conquista um alinhamento sem esforço. Entende-se que tal aproximação apresentava ser de interesse da classe média não

apenas em ganhar com a relação, mas também em se distanciar das orientações políticas dos governos petistas.

Com isso, as orientações políticas realizadas pouco haviam de novas na PEB, pois nega-se o discurso realizado pelo governo de uma “nova política”, uma vez que a realidade mostra uma retomada dos interesses da classe média tradicional, que foram afastados durante os governos petistas.

Por fim, concorda-se com que a política externa é composta por diversos elementos, para além das instituições de Estado, incluindo a sociedade civil organizada. A sociedade civil na qual se organizou e que teve voz era o eleitorado bolsonarista. Logo, enquadrada enquanto um governo populista e representante do “povo”, o governo Bolsonaro esteve em linha direta com os interesses de seu eleitorado, mas ainda em constante disputa por pautas com outros setores, sejam militares ou mesmo a oposição. Nesse sentido, e respondendo ao questionamento realizado ao final do último capítulo, compreende-se que, ainda que a voz que ecoou na política externa era de seu eleitorado, a própria oposição representou seu papel fundamental de antagonista. A noção de construção da identidade baseada no “outro” é o que fundamenta a própria noção do “eu”.

Reafirma-se que, o presente artigo não teve a intenção de fazer um recorte do contexto da pandemia da Covid-19, mas aponta brevemente sua importância, uma vez que o discurso de Bolsonaro se firmou na campanha pró cloroquina como tratamento, discursos contra a vacinação, relativização das medidas de isolamento, questões que acentuam fortemente o antagonismo de seus eleitores e opositores. Toda a atuação do governo frente à pandemia merece uma discussão a parte, não apenas pela justificativa acadêmica, mas também pelo impacto político que culminou na morte de mais de 600 mil pessoas.

Referências

AGÊNCIA SENADO. Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. **Senado Notícias**, 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>. Acesso em: 20/02/2022.

ARAÚJO, Ernesto. **A Nova Política Externa Brasileira**. Seleção de Discursos, Artigos e Entrevistas do Ministro das Relações Exteriores. Fundação Alexandre de Gusmão. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/anovapolextbras.pdf>, pag. 55. Acesso em: 01/01/2022.

BRASIL. Deputado (2015-2019: Deputado Jair Messias Bolsonaro). **Discurso por ocasião de voto ao impeachment de Dilma Rousseff**. Brasília, 2 ago. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/video/votacao-do-impeachment-veja-como-foi-o-voto-de-jair-bolsonaro-5125877.ghtml>. Acesso em: 14/12/2021.

BRASIL. Deputado (2015-2019: Deputado Marcos Feliciano). **Discurso por ocasião de voto ao impeachment de Dilma Rousseff**. Brasília, 2 ago. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=I29PEoX2KQ4>. Acesso em: 14/12/2021.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Plano de governo. **O caminho da prosperidade**. Brasília, 2018. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf. Acesso em: 02/01/2022.

BRASIL DE FATO. Mais uma vitória de Lula: juíza rejeita denúncia contra petista no caso do sítio em Atibaia. **Brasil de Fato**, 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/08/22/mais-uma-vitoria-de-lula-juiza-rejeita-denuncia-contr-petista-no-caso-do-sitio-em-atibaia>. Acesso em: 20/02/2021.

CIOCCARI, Deysi; PERSICHETTI, Simonetta. Armas, Ódio, Medo e Espetáculo em Jair Bolsonaro. **Revista ALTERJOR**. Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA - USP). Ano 09 – Volume 02 - Edição 18 – 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/144688/141608>. Acesso em: 10/01/2022.

COSTA, Guilherme Carlos da. **Estado, Empresariado Industrial e a Política Externa do Governo Lula (2003-2010)**. Orientador: Daniel Ricardo Castelan. 2017. Dissertação (Mestrado) – Curso de Relações Internacionais. Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais de UFSC. Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/185590/PGRI0058-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 18/11/2021.

FARIA, Marcos Alexandre Gennari. **No meio do caminho tinha uma estrela: o antipetismo das mobilizações à ascensão de Jair Bolsonaro (2013-2018)**. Guarulhos, v. 1, f. 78, 2020. 78 p Monografia (História) - Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2021.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. 1. Ed. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 5. Ed. 4. São Paulo: Atlas, 2003.

MILANI, Carlos R. S; PINHEIRO, Letícia. Política Externa Brasileira: Os Desafios de sua Caracterização como Política Pública. **Contexto Internacional (PUC)**. Vol. 35

no 1 – jan/jun 2013. Rio de Janeiro, p. 11-41. Disponível em: <http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/1artigo351.pdf>. Acesso em: 03/01/2022.

MENDES, Pedro Emanuel. A raiz e o Fruto na Análise da Política Externa: uma perspectiva eclética. **Relações Internacionais**. Lisboa, 2007, pp. 129-144. Disponível em: http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri16/RI16_10PEMendes.pdf. Acesso em: 03/12/2021.

OLIVA, GABRIELA. 251 mil mortes por covid: Relembre as falas de Bolsonaro sobre a pandemia. **Poder 360**, 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/251-mil-mortes-por-covid-relembre-as-falas-de-bolsonaro-sobre-a-pandemia/>. Acesso em: 20/02/2022.

OREIRO, José Luís Oreiro; PAULA, Luiz Fernando. **A economia brasileira no governo Temer e Bolsonaro: uma avaliação preliminar**. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Joseluis-Oreiro/publication/336147850_A_economia_brasileira_no_governo_Temer_e_Bolsonaro_uma_avaliacao_preliminar/links/5d92c2f092851c33e94b3d60/A-economia-brasileira-no-governo-Temer-e-Bolsonaro-uma-avaliacao-preliminar.pdf. Acesso em: 02/12/2021.

PATRIOLINO, LUANA. Barroso admite que impeachment de Dilma ocorreu por motivações políticas. **Correio Braziliense**, 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/02/4982430-barroso-admite-que-impeachment-de-dilma-ocorreu-por-motivacoes-politicas.html>. Acesso em: 20/02/2022.

PEREIRA, FILIPE. Os 20 erros de Bolsonaro durante a pandemia. **O Povo**, 2021. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2021/03/24/os-20-erros-de-bolsonaro-durante-a-pandemia.html>. Acesso em: 20/02/2022.

PINHEIRO, Leticia; MILANI, Carlos R. S. (Org.). **Política externa brasileira: as práticas da política e a política das práticas**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

ROCHA, Camila . **“Imposto é Roubo!”: A Formação de um Contra Público ultraliberal e os Protestos Pró-Impeachment de Dilma Rousseff**. Scielo. Rio de Janeiro, 2019. 42 p. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/xtmSkTyVvY4SRn3tpkNZhZR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11/01/2022.

SILVEIRA, Daniel. **Com pandemia, rendimento médio mensal do brasileiro cai 3,4% e chega ao menor valor desde 2012, diz IBGE**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/11/19/com-pandemia-rendimento-medio-mensal-do-brasileiro-cai-34percent-e-chega-ao-menor-valor-desde-2012-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 05/01/2022.

GALVÃO, Andreia; TATAGIBA, Luciana. Os protestos no Brasil em tempo de crise (2011-2016). **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, vol. 25, nº 1, jan.-abr. p. 63-96.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)**. Porto Alegre: Editora FRGS, 1998.